



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

☐ Pauta da Reunião

1. Leitura da Ata do dia 23 de fevereiro de 2022;

2. Documentos restritos no SEI;
(DR.Cláudio Grande – PGE)

3. Transparência nas renúncias fiscais – Lei 21.242/22;
(Dra. Fabiana Zamaloeira – MPE)

4. Finalização dos trabalhos das OS's;

5. Início do Goiás Mais Transparente.

☐ Desenvolvimento da Reunião

No dia 27 de abril de 2022, às 14h33min (quatorze horas e trinta e três minutos), teve início em primeira convocação, via plataforma ZOOM, contando com a presença de 17 (dezesete) dos seus membros, titulares e suplentes, a 56ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC. Na ocasião, a Sra. Bruna Toledo Piza de Carvalho Magacho, Suplente da Presidência do Conselho, declarou aberta a reunião. Bruna apresenta a pauta do dia. Logo após, passa a palavra para o Bruno Carvalho Cavalcante Rolim, Suplente do Secretário Executivo, que inicia pelos avisos. O primeiro é da saída da Dra. Fabiana Lemes Zamaloeira do **Ministério Público Estadual**, como membro do conselho de transparência, por entender que há impedimentos legais. O segundo é que, das entidades convidadas para participar do conselho, Conselho de Administração, Conselho de Economia e o Conselho de Contabilidade, somente o último ainda não confirmou, as demais manifestaram interesse. O terceiro aviso é referente a segunda pauta da reunião, Documentos Restritos no SEI, proposta pelo Dr. Cláudio Grande – PGE, onde o conselheiro Titular Dr. Juscimar Pinto Ribeiro, da **Ordem dos Advogados do Brasil**, propõe ampliação da discussão, abrangendo o acesso pelos advogados nos processos administrativos sem restrição, primeiramente para os advogados habilitados no processo, depois para os demais, como orienta a legislação federal, o estatuto dos advogados do Brasil. Dr. Cláudio pondera que a resolução deste problema com o SEI, do limite de tempo no acesso ao sistema, gera



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

uma morosidade no processo pois, cada vez que tem que renovar a permissão, leva tempo, sendo necessário rever a situação com o administrador do SEI. Bruno retoma a palavra, narrando as dificuldades da própria Controladoria, em dar a melhor transparência, quando um processo se torna restrito pela inclusão de um único documento que não poderia ser público, e a dificuldade de algumas pastas de mudarem a cultura de criar processos restritos, ferindo a Lei de Acesso à Informação. Pela impossibilidade de estar presente o senhor Juarez, que faria os esclarecimentos sobre os documentos restritos, Bruno propõe que seja agendada uma reunião com o mesmo e 3 (três) membros do conselho, levando todas as questões levantadas anteriormente, adiantando para a próxima reunião do Conselho de Transparência, sugestão que foi aceita por todos. Dando continuidade à reunião, Bruno traz a proposta de acrescentar mais um item na pauta do dia, a votação da criação de três grupos permanentes de trabalho, indo até o final do ano de 2022. Os grupos propostos são: Dados Abertos, Benefícios Fiscais e Organizações Sociais - OS. Bruno fala da importância da participação de todos, por serem temas que o conselho precisa avançar nas discussões, sugerindo que cada membro escolha um grupo para atuar, trazendo propostas de pautas para as próximas reuniões. Na sequência, a Sra. Isabel Sampaio Antonácio Monteiro, do **Comitê para Democratização da Informática**, manifesta sua inscrição no grupo das OS, onde já se encontra inscrita a Sra. Anna Carolina Miranda Bastos do Vale - OAB. A Dra. Fabiana, antes de qualquer deliberação, justifica a saída do Ministério Público como membro ativo do CTPCC, mostrando a impossibilidade legal por ser o conselho ligado à CGE, um órgão da estrutura do poder Executivo, tendo o papel de controle interno, com o MP que tem a prerrogativa de controle externo mas, manifestando o interesse de permanecer como membro observador, participando das discussões, ouvindo, observando e sugerindo, sem contudo deliberar, pois, fere os princípios legais e constitucionais. Deixando claro, porém, que quer continuar participando do conselho, por considerar as discussões aqui realizadas de relevância para o trabalho do MP, no que diz respeito à transparência. Por tudo isso relatado, pede exclusão no decreto do conselho, da participação como membro deliberativo, participando apenas como instituição observadora. Bruno retoma a fala, agradecendo os esclarecimentos feitos pela Dra. Fabiana e propondo aos conselheiros a votação pela criação dos grupos de trabalho propostos, sendo aprovado por todos. Bruno, seguindo a pauta do dia, submete à aprovação pelos presentes da ata da 55ª Reunião Ordinária, sendo aprovada sem ressalvas. Dando continuidade, Bruno passa a palavra para Dra. Fabiana que fala sobre o terceiro item da pauta, Transparência nas Renúncias Fiscais – Lei n. 21.242/22. Ela traz a preocupação de que a transparência é feita de forma opaca, tendo em vista que o volume de renúncias fiscais no país e no estado é grande, destacando a resistência das empresas beneficiárias e do estado em passar informações tais como: valores, beneficiários, impacto, resultados obtidos, volume de benefícios e qual o retorno social. Justifica-se esta pouca transparência, com o sigilo fiscal, mas a Lei Complementar Federal n. 187, que altera o Código Tributário Nacional, no seu art. 198, que passou a prever expressamente que essas informações não são sigilosas, rebatendo a justificativa levantada. Dra. Fabiana questiona a causa dos vetos da Lei n. 21.242 terem sido aprovados, já que a Lei Complementar n. 187 já estava em vigor, sugerindo que seja promovida, via conselho, uma provocação ao executivo para que seja corrigida esta divergência e seja enviada à Assembleia Legislativa, para alinhar o entendimento entre a legislação federal e estadual. Dr. Juscimar pede a palavra, ressaltando as ponderações da Dra. Fabiana, mas, pedindo cautela e tempo na análise das argumentações contidas nas mensagens de veto e nas argumentações dos órgãos que participaram desta discussão,



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

entendendo que somente assim o conselho poderá construir sua opinião sobre o assunto. Dra. Fabiana retoma a palavra, esclarecendo que essa é uma primeira provocação ao conselho, concordando que nada poderia ser deliberado sem maiores estudos e troca de ideias. Bruno ressalta a importância do tema benefícios fiscais, justificando a criação do grupo de trabalho com o mesmo tema, convidando a Dra. Fabiana e o Dr. Juscimar para integrarem o grupo, sendo aceito pelos dois. O professor Pedro Henrique – UFG, também manifestou interesse de compor o grupo de Benefícios Fiscais. Dra. Fabiana pede licença para se ausentar, por ter que participar de outro compromisso que não pôde ser adiado, reafirmando o interesse em continuar participando das reuniões do conselho. Bruno retoma a fala, dando continuidade à pauta, a finalização dos Trabalhos das OS's, frisando a importante participação da Dra. Fabiana na provocação do tema. Bruno apresenta, por meio de gráficos, a evolução do trabalho de transparência nas OS, realizados desde o ano de 2019, esclarecendo que a atividade é feita por meio de critérios desenvolvidos, observando toda legislação pertinente, dando origem a um ranque de transparência das páginas das Organizações Sociais. Ressalta o crescimento observado com as experiências vividas nos anos de 2020 e 2021 até chegarmos em 2022, trabalho esse que aumentou também no volume das OS's, tendo sido contratadas mais 11 (onze) Organizações Sociais desde então, atividade que está sendo finalizada agora. O Sr. Júlio Cesar da Serra Campos, do **Fórum Empresarial**, pede que seja feito o registro em ata da situação que vem ocorrendo com os pequenos produtores de mandioca das regiões norte, centro e vale do São Patrício no estado, graças a retirada do incentivo da Ambev, que foi beneficiada pela renúncia fiscal, e agora retira sua contrapartida deixando os produtores de mandioca em situação precária. Bruno convida o Sr. Julio Cezar a integrar o grupo de Benefícios Fiscais, onde esse assunto poderá melhor ser discutido e o convite é aceito pelo mesmo. Bruno passa para o último tema da pauta, início do Goiás Mais Transparente, evidenciando as conquistas obtidas na última avaliação dos portais do Poder Executivo, graças ao método de consultorias, que elevou o ranque para 92% no índice de transparência das páginas de acesso à informação, trazendo as novidades que estão sendo implementadas neste ano, uma primeira avaliação levantando as problemáticas, que por ventura hajam, dando um tempo para que os órgãos se adequem, dando mais de 100 (cem) horas de consultorias e encerrando com a validação dos portais e a premiação do Goiás Mais Transparente. Fala da qualidade da metodologia desenvolvida, primando pela observação da legislação, o modelo da Tricom, para que o maior número de participantes chegue nos 100% de transparência nos seus portais. Não havendo nada mais a ser tratado, às 15:41 (quinze horas e quarenta e um minutos), o suplente do Secretário Executivo declarou encerrada a reunião.-----

Nome	Assinatura
Controladoria-Geral do Estado	
Titular 1: (Presidente) Henrique Moraes Ziller	
Suplente: Bruna Toledo Piza de Carvalho Magacho	-
Titular 2: (Secretário Executivo): Diego Ramalho Freitas	



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

Suplente: Bruno Carvalho Cavalcante Rolim	-
Secretaria de Estado da Casa Civil	
Titular: Renatto Neves Vieira	-
Suplente: Helianny Siqueira Alves Gomes de Andrade	
Secretaria de Estado da Economia	
Titular: Marco Túlio Pereira de Campos	
Suplente: Dorival de Souza Pereira	-
Procuradoria-Geral do Estado	
Titular: Cláudio Grande Junior	-
Suplente: Cláudia Pimenta Figueiredo Falcão	
Secretaria de Estado de Estado da Administração	
Titular: Fabiane Falcomer dos Santos	
Suplente: Roberta Rodrigues Costa	-
Fórum Goiano de Combate à Corrupção	
Titular: Aguardando Indicação	
Suplente: Aguardando Indicação	
Associação Goiana de Imprensa	
Titular: Jales Rodrigues Naves	
Suplente: Guilherme de Melo Batista Pereira	-
Fórum Empresarial	
Titular: Rubens Fileti	
Suplente: Júlio Cesar da Serra Campos	-
Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás	
Titular: Carlos Alberto Barros de Castro	-
Suplente: Mário Martins de Oliveira Neto	
Fórum das Universidades Privadas	
Titular: Regina Ster de Moraes	-
Suplente: Jorge de Jesus Bernardo	
Universidade Federal de Goiás	
Titular: Prof. Kleber Domingos de Araújo	
Suplente: Profº Pedro Henrique Evangelista	-



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

Universidade Estadual de Goiás	
Titular: Cristhyan Martins Castro Milazzo	-
Suplente: Talles Mendes de Castro	
Ministério Público Estadual	
Titular: Fabiana Lemes Zamalloa do Prado	-
Suplente: Adriano Godoy Firmino	
Tribunal de Contas dos Municípios	
Titular: Lara Cristina de Olival Kovtunin	-
Suplente: Ricardo Sartori Cella	
Sindicato dos Gestores Governamentais do Estado de Goiás	
Titular: Hugo Leonardo de Araújo Godinho	
Suplente: Geovanni Maciel Gonçalves	
Ordem dos Advogados do Brasil	
Titular: Juscimar Pinto Ribeiro	-
Suplente: Anna Carolina Miranda Bastos do Vale	-
Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos do Estado de Goiás	
Titular: Aguardando Indicação	
Suplente: Nylo Sergio José Nogueira	
Comitê para Democratização da Informática	
Titular: Isabel Sampaio Antonácio Monteiro	-
Suplente: Quimico Iamamoto Pacheco	
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Goiânia	
Titular: Carlos Alberto de Paula Moura Junior	
Suplente: Luiz Antônio Ribeiro de Souza	